





# As muralhas de *Felicitas Iulia Olisipo*

VICTOR FILIPE, MANUELA LEITÃO,  
VASCO LEITÃO, NUNO NETO,  
PAULO REBELO, RICARDO RIBEIRO

Por estranho que possa parecer, o tema das muralhas antigas de uma cidade histórica como Lisboa é, simultaneamente, um dos mais evidentes e mais complexos de tratar. Por um lado, as cercas defensivas da cidade são invulgarmente persistentes e ubíquas, por outro, justamente por essas razões, constituem um dos elementos patrimoniais das cidades históricas mais difíceis de datar com precisão. Nas páginas que se seguem vamos ensaiar a abordagem ao que terão sido as diferentes cercas perimetrais (defensivas) da cidade romana de *Felicitas Iulia Olisipo*. Como não poderia deixar de ser, o ponto de partida é a cerca medieval de Lisboa.

A cerca urbana medieval, vulgarmente conhecida por “cerca velha” ou “cerca moura”, constitui um elemento estrutural persistente na paisagem urbana de Lisboa até aos dias de hoje. O conhecimento historiográfico sobre a origem e a sua possível relação com as muralhas da cidade romana foi evoluindo ao longo dos últimos quatro séculos.

Nos séculos XVII e XVIII, as narrativas de tradição Humanística, de pendor mais ou menos fantasista, procuraram enaltecer a antiguidade da cidade e da sua muralha (incluindo a que delimita o chamado castelo), muitas vezes atribuída a Ulisses (Silva, 1987, p. 36). É igualmente do período Moderno aquela que julgamos ter sido a primeira referência à origem romana da “cerca velha”, baseada na

observação e reconhecimento da sua qualidade construtiva, quando comparada com a cerca Fernandina (1373-1375). Referimo-nos ao apontamento de António Coelho Gasco que na sua obra *Primeira parte das Antiguidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa Imperio do Mundo, e Princeza do Mar Occeano* (1627-1633) escreveu: “[...] cerca velha que se fez em tempo dos romanos com que neste tempo estava esta cidade murada, cuja cerca é muito formosa, e toda de pedraria e está ainda muito forte, e mais que a de El Rei D. Fernando fez que está arruinada em algumas partes.” (Silva, 1987, p. 36-37). Comparava então este erudito a chamada “cerca velha” com aquela que se edificara no século XIV.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, no âmbito da Olisipografia, assumiu particular destaque a figura do engenheiro militar Augusto Vieira da Silva, ainda hoje referência incontornável no estudo das fortificações de Lisboa. Desenvolvendo um trabalho multidisciplinar e inovador, baseado na observação de terreno, no estudo das fontes escritas, cartográficas e iconográficas, bem como nos levantamentos aerofotogramétricos e estereofotogramétricos disponíveis no seu tempo (Castelo-Branco, 1980, p. 54), conseguiu definir grande parte dos traçados das cercas urbanas e relacioná-los com as malhas urbanas antigas, chegando a admitir uma provável origem romana para a “cerca velha” (Silva, 1987,

FIG. 1  
Planta parcial de *Felicitas Iulia Olisipo*.

p. 34-35). Na obra dedicada a esta muralha, *A Cerca Moura*, o autor não deixou de referir que só a arqueologia podia um dia vir a esclarecer as questões deixadas em aberto — “[...] as lacunas que ainda ficam são grandes, e provavelmente insolúveis, a não ser que a descoberta dalgum antigo documento, escavações feitas nos sítios outrora ocupados pelas muralhas ou pelas portas, ... venham lançar alguma luz sobre o caso [...]” (Silva, 1987, p. 57).

A deteção do primeiro troço de muralha de Época Romana só veio a acontecer cerca de 100 anos depois, no âmbito da intervenção arqueológica realizada na Casa dos Bicos entre 1981 e 1982, quando ali decorreram as obras de reabilitação do edifício quinhentista. A primeira publicação relativa a esta intervenção ainda designou por “cerca moura” os vestígios documentados (Amaro, 1982), embora tal designação tenha vindo a ser revista em trabalhos posteriores. Neste período, destaca-se também um estudo que propôs cronologias para os vários troços visíveis da antiga muralha, desde a Época Pré-Romana ao período Bizantino, baseado na análise dos aparelhos construtivos (Campos, 1985), um critério pouco consistente, à falta de outros elementos de datação.

No início da década de 90 do século passado, surgiram as primeiras abordagens às diferentes áreas da cidade romana de *Olisipo* (*pommerium* e *suburbia*) e ao papel das muralhas na delimitação destes espaços (Moita, 1994; Alarcão, 1994; Ribeiro, 1994b; Silva, 1997; Mantas, 1999), tendo o incremento da atividade arqueológica contribuído de modo decisivo para revitalizar os estudos sobre a cidade romana.

Em 2004, a intervenção arqueológica efetuada nos antigos Armazéns Sommer, permitiu, pela primeira vez, registar e datar duas muralhas romanas com cronologias distintas (Gaspar e Gomes, 2007). A continuação destes trabalhos entre 2014 e 2016 proporcionou ainda o registo da evolução crono-construtiva da muralha neste local e a

sua articulação com a cidade, desde a Época Romana Alto-Imperial até à Época Contemporânea (Ribeiro *et al.*, 2017).

O Projeto Integrado de Estudo e Valorização da “Cerca Velha” de Lisboa, projeto municipal iniciado em 2009 e financiado pelo Instituto do Turismo de Portugal, permitiu executar trabalhos multidisciplinares que contribuíram não só para o melhor conhecimento da muralha como também para a sua conservação e divulgação (Leitão, 2014). Neste âmbito, foram realizadas onze sondagens arqueológicas em locais previamente definidos de acordo com o seu potencial informativo, das quais seis possibilitaram o registo de estruturas, por vezes associadas a contextos da muralha. O estabelecimento de um percurso pedonal ao longo do perímetro da cerca antiga, medieval, da cidade, apoiado por tótemes informativos, constituiu a forma de apresentar o monumento ao grande público, contextualizando-o nas dinâmicas históricas da cidade.

No presente texto ensaiamos uma síntese dos resultados obtidos neste conjunto de intervenções arqueológicas, procurando estabelecer um ponto de situação sobre o papel desempenhado pelas muralhas na cidade romana, elementos estruturais de uma paisagem ligada a uma nova ideologia.

## **Muralhas da cidade romana: simbolismo, prestígio e defesa**

O reordenamento dos territórios provinciais, no âmbito da expansão romana incluiu a criação de uma extensa rede de centros urbanos, estruturas base da nova realidade política e administrativa. As cidades tiveram origens diversas, algumas foram criações *ex nihilo*, ou seja fundadas de raiz em lugares anteriormente livres, outras derivaram de acampamentos militares (*castra*) e outras, da adaptação de antigos aglomerados indígenas, alguns já com características urbanas — esta realidade foi

confirmada sobretudo nas regiões meridionais e do litoral da antiga província da Lusitânia, locais que desde há largos anos mantinham contactos com o mundo mediterrâneo. As cidades de *Olisipo* (Lisboa), *Ossonoba* (Faro), *Myrtilis* (Mértola) ou *Salacia* (Alcácer do Sal), constituem bons exemplos desta utilização/adocção (Fabião, 2006, p. 49).

De acordo com a importância atribuída, estas cidades ganharam estatutos jurídicos distintos, sendo as categorias de *coloniæ* (sempre que existia uma instalação de cidadãos romanos) e *municipium* as mais importantes (Alarcão, 2017, p. 107-110). No contexto da nova organização política e administrativa, estas cidades constituíram-se como cabeças de uma comunidade humana, instalada em um território devidamente delimitado, a *civitas*.

O processo de transformação destas cidades, redesenhadas à maneira romana, passava pela delimitação do núcleo urbano, o *pomerium*, que delimitava a área urbana propriamente dita, destacando-a da área envolvente (Rykwert, 1985). A materialização física desse limite era marcada pela construção de um circuito amuralhado que seguia aquele traçado, interrompido apenas no local das portas. Desta forma, estes limites marcavam a fronteira entre a *urbs* e o *ager*, ou seja, entre a cidade e o espaço rural, mas também entre o espaço dos vivos e o dos mortos, uma vez que os cemitérios se deveriam instalar no exterior. Esta tradição, verificada desde os finais da República, altura em que se definiu uma nova conceção de recinto amuralhado representativo do espaço urbano (Fernández Ochoa e Morillo Cerdán, 2002, p. 578), tornou-se particularmente presente a partir de Augusto, constituindo a marca fundacional das colónias e municípios (Fernández Ochoa, 1997, p. 249). Os programas urbanísticos augustos incluíram, para as cidades capital de *civitas*, muralha, fórum, termas e aqueduto; para além destes equipamentos, as cidades que detinham a categoria colonial ou municipal,

recebiam também teatro e anfiteatro (Alarcão, 2017, p. 145). Porém, algumas cidades não chegaram a integrar muralhas – cidades abertas – ou comportaram apenas cortinas honoríficas. Por exemplo, na Lusitânia, as cidades de *Eburobritium* (nas imediações de Óbidos), *Balsa* (próxima da atual Tavira) ou *Seillium* (Tomar) não terão sido fortificadas (Alarcão, 2017, p. 264).

Apesar do tratado de Arquitetura de Vitruvius sublinhar o carácter defensivo destas estruturas e a necessidade de construir sólidas muralhas (Vitruvius, Livro I, Cap. V), o facto é que em torno da viragem da Era, na Península Ibérica, se vivia sob a *pax romana*, sendo dispensável este tipo de preocupações. A fraca eficácia defensiva destas muralhas, patenteada na sua reduzida espessura (até 2 m) e altura (entre 4 e 6 m), na escassez de torres ou de portas muitas vezes com duplo acesso (Fernández Ochoa, 1997, p. 249), tornavam-nas sobretudo um elemento simbólico da delimitação do espaço urbano, de afirmação do prestígio da cidade e do poder imperial, particularmente evidente nas portas monumentalizadas, não sendo despendida a componente de controlo fiscal que possibilitavam.

A partir da segunda metade do século II d.C., o Império Romano registou sérios problemas políticos internos, mas também ameaças externas, particularmente na Península Ibérica, onde se registam incursões de populações de origem norte-africana, os *Mauri*. As fontes literárias e epigráficas localizam estes episódios nos anos 170-171 e 177-178 (Arce, 2005, p. 341-342), afetando somente os territórios béticos (atual Andaluzia). Se inicialmente se supôs que estas incursões tinham provocado um movimento de amuralhamento nas cidades da Bética e da província da *Mauritania Tingitana*, atual Marrocos (Haushild, 1994b, p. 277; Fernández Ochoa, 1997, p. 250), hoje, face aos dados que a arqueologia tem vindo a coligir, a posição é mais moderada, registando-se apenas um assédio efetivo à cidade de

*Singilia Barba* (Ruiz Bueno, 2017, p. 25). Não sabemos os impactos que estas incursões tiveram na Lusitânia, pelo menos na região Sul (Alarcão, 2017, p. 252), mas é bastante provável que não tenham tido particular relevância.

Os grandes movimentos de amuralhamento — construção de novos perímetros ou remodelações e/ou reforços das muralhas preexistentes, registaram-se, efetivamente, a partir da segunda metade do século III — início do século IV, por todo o Ocidente romano. Tradicionalmente relacionaram-se estes movimentos ocorridos na Hispânia com as invasões de francos (260-262) e alamanos (270); no entanto, apenas *Tarraco* (atual Tarragona, nas costas da Catalunha) foi atingida pelos francos em 264, facto também corroborado pelas fontes literárias.

Atualmente, no que respeita à Hispânia, existem também diferentes interpretações para as causas do fenómeno das fortificações urbanas. Na Aquitânia e no extremo setentrional da Península Ibérica, a necessidade de fortalecer determinados centros terrestres e marítimos ter-se-ia devido ao papel estratégico que desempenhavam na recolha e transporte de impostos procedentes da Meseta e da Lusitânia com destino à *annona militaris* (os abastecimentos institucionais de alimentos), essa é pelo menos a opinião de alguns autores (Fernández Ochoa, Morillo e Salido Domínguez, 2011). Esta “geração” de muralhas urbanas verificou-se em cidades de pequena e média dimensão do norte e noroeste da Península Ibérica, durante o período tetrárquico. Estudos referentes ao território da Hispânia colocaram em evidência a existência de um grupo de recintos amuralhados urbanos levantados de novo, ou profundamente reformados nos finais do século III ou inícios do IV (Fernández Ochoa e Morillo Cerdán, 2002), pela necessidade de reforçar os principais nós de comunicação, portos setentrionais e estações intermédias de trânsito das mercadorias da *annona*.

Outra corrente defende que a Hispânia ocupou um papel secundário no sistema anonário de finais do século III e inícios do IV, não constando qualquer relação entre a reparação ou construção de muralhas a *annona* ou mesmo a segurança do território (Arce, 2011, p. 294).

Também existem distintas opiniões quanto aos promotores das defesas urbanas. A legislação do século III e IV estabelecia que a reparação e sobretudo a construção dos recintos amuralhados deveria ser controlada pelo poder central, tendo os governadores provinciais e, em última instância o próprio imperador, de dar o seu aval (Brassous, 2011, p. 289; De Man, 2011, p. 75). Outros autores defendem a existência de um patrocínio municipal nas obras, mais evidente nas cidades importantes, e outro imperial para os núcleos de menor relevância (Fernández Ochoa e Morillo Cerdán, 2002, p. 301).

Neste período, na Hispânia, regista-se uma redução generalizada dos recintos urbanos delimitados pelas novas muralhas, podendo observar-se em diversas cidades algumas características comuns nas tipologias construtivas: presença de um elevado número de torres semicirculares ou quadrangulares, espessuras médias entre os 3 e os 5 metros, portas flanqueadas por duas torres e com um único vão e o uso de *spolia*, ou seja, reutilizando elementos arquitetónicos retirados de antigas construções abandonadas ou desativadas.

A partir do final do século IV e início do V assistiu-se a um novo movimento de refortificação das cidades, desta vez relacionado com a chegada à Península Ibérica de suevos, vândalos e alanos em 409 (Arce, 2017, p. 102-103). Não afetou apenas a Hispânia mas também outras províncias, como a *Narbonensis*, particularmente afetada pela instalação dos visigodos em 411 (FIG. 1 & FIG. 2).





## Troços das muralhas romanas no traçado da «Cerca Velha»

- |   |  |
|---|--|
| 1 Rua Norberto de Araújo, 21-29                                     | 6 Campo das Cebolas, 1-12 / Arco de Jesus, 1-5 |
| 2 Rua de S. João da Praça, 18 (Pátio da Sr <sup>a</sup> . de Murça) | 7 Casa dos Bicos                               |
| 3 Rua de S. João da Praça   | 8 Rua dos Bacalhoeiros, 16-16D                 |
| 4 Antigos Armazéns Sommer (Eurostars Museum Hotel)                  | 9 Arco Escuro                                  |
| 5 Arco de Jesus   |  |

Planta de A. Vieira da Silva in *A Cerca Moura de Lisboa*, 3<sup>a</sup> ed., 1987.  
Adaptada por Carlos Loureiro (ML/EGEAC) e Vasco Leitão (CAL/CML)



Lanço Oriental

Vestígios das Muralhas Romanas

- Muralha Alto-Imperial
- Muralha da Antiguidade Tardia

Lanço Ribeirinho

**FIG. 2**  
Troços das muralhas romanas no traçado da «Cerca Velha».

## Intervenções arqueológicas onde foram identificados troços de muralhas romanas

### 1 – Rua Norberto de Araújo, 21-29

(FIGS. 1 & 2, N.º 1)

A intervenção arqueológica na Rua Norberto de Araújo, 21-29, que acompanhou a obra de reabilitação ali efetuada entre 2005 e 2007, promoveu em 2013 a escavação integral daquele espaço, no âmbito do Projeto Integrado de Estudo e Valorização da “Cerca Velha” de Lisboa.

Numa primeira fase, foram executadas sondagens de diagnóstico, posteriormente alargadas até abranger a totalidade de 80 m<sup>2</sup>. Foram igualmente executadas sondagens parietais ao longo do muro de contenção do miradouro de Santa Luzia, coincidentes com o traçado proposto por A. Vieira da Silva para a “Cerca Velha” (Silva, 1987).

Os dados obtidos permitiram identificar distintos episódios construtivos de Época Romana, abrangendo uma longa diacronia, que se estende desde a segunda metade do século II a.C. até ao século IV-V d.C., materializados em contextos de Época Republicana, segmento de alicerce e torre do período Alto-Imperial e pano da muralha da Antiguidade Tardia.

Da Época Alto-Imperial, foi identificada uma torre de planta retangular com 5,12 m de largura e 2,10 m de comprimento em relação à muralha, apresentando um aparelho irregular constituído por silhares e blocos de calcário de médio e grande calibre com a presença pontual de *lateres* (tijolos). A torre assenta num sólido alicerce de betão (*opus cæmenticium*) que preenche uma cavidade existente no substrato rochoso. O pano de muralha, com 3 m de altura conservados, apresenta as mesmas características construtivas da torre, com o núcleo em *opus cæmenticium*.

As cronologias atribuídas a este conjunto baseiam-se em contextos identificados no

embasamento da torre, enquadráveis provavelmente na segunda metade do século I da nossa Era (Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017, p. 313).

A remodelação da Antiguidade Tardia do pano de muralha preexistente integrou uma torre quadrangular. O troço mostra um aparelho em fiadas irregulares, composto por blocos de médio e grande calibre, tosca-mente aparelhado, com as juntas preenchidas com pequenos calhaus angulosos. Salienta-se a presença de alguns elementos arquitetónicos reaproveitados no paramento, como um capeamento de ara estilisticamente datável do século II d.C. (Mota, Carvalhinhos e Miranda, 2018, p. 302). A remoção deste elemento arquitetónico permitiu recolher do miolo da muralha dois fragmentos cerâmicos: uma provável ânfora Dressel 20 e uma cerâmica comum, atribuída às produções da Quinta do Rouxinol, semelhante a uma forma de *sigillata* foceense tardia da forma 1A de Hayes. Este contexto permitiu o estabelecimento de um *terminus post quem* de finais do século IV-V para esta remodelação (Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017, p. 311) (FIG. 3).

Foi igualmente identificada uma estrutura (provavelmente do século I) adossada ao pano de muralha que, em articulação com outros vestígios de carácter hidráulico identificados no espaço adjacente, testemunham a existência de um sistema de drenagem de águas de circulação interna e do seu encaminhamento ao longo da vertente.

### 2 – Rua de S. João da Praça, 18

Pátio da Sr.<sup>a</sup> de Murça

(FIGS. 1 & 2, N.º 2)

Os trabalhos multidisciplinares realizados no troço de muralha do Pátio da Sr.<sup>a</sup> de Murça acompanharam a evolução da investigação que culminou na implementação do Projeto Integrado de Estudo e Valorização da “Cerca Velha” de Lisboa. Localizado no lanço





**FIG. 3**

Rua Norberto de Araújo, 27. Estrutura hidráulica adossada ao pano de muralha (créditos fotográficos: © Nuno Mota).

oriental da cerca urbana medieval, próximo da porta de Alfama, conserva um alçado com cerca de 8,30 m de altura, orientado para a antiga área extramuros.

Entre 2007 e 2012 foram desenvolvidas as seguintes ações: sondagem arqueológica no subsolo (2007), levantamento por *laser-scan* do alçado integral (2009), acompanhamento arqueológico da intervenção de conservação e restauro (2012), procedimentos no âmbito da Arqueologia da Arquitetura que permitiram perceber a evolução crono-construtiva do pano de muralha, desde a sua génese.

A sondagem aberta junto à face exterior da muralha, muito limitada em termos de área (2 x 3 m) permitiu documentar a construção primitiva, a cerca de 3 m abaixo da cota do pavimento atual. Apresentava um alicerce exíguo, com 40 a 50 cm de profundidade composto por

material pétreo irregular de média e pequena dimensão ligado por uma argamassa de coloração esbranquiçada e dureza média. Sobre este nível foram observados dois grandes blocos toscamente aparelhados e dispostos na horizontal, apresentando uma camada de argamassa na face exterior. As três fiadas seguintes, igualmente horizontais, alternavam silhares colocados longitudinalmente, com uma altura entre 14 e 16 cm, com silhares dispostos transversalmente, com 23 cm de altura. O sistema edilício passível de ser avaliado numa área tão reduzida assemelha-se a um *opus quadratum*, cujas juntas foram preenchidas com argamassa, por vezes incluindo pequenas pedras, dispostas a cutelo nas juntas verticais e, pontualmente, como calços, nas juntas horizontais.

Para a implantação do alicerce foi aberta uma vala de pouca profundidade que cortou



e assentou sobre o último nível do derrube de uma construção de Época Romana. O nível seguinte, de regularização do terreno, foi igualmente cortado pela vala de fundação, tendo servido de base à edificação da muralha, como sugerem os desperdícios de argamassa nele detetados.

Os materiais exumados no contexto do derrube são escassos e cronologicamente pouco esclarecedores, sugerindo apenas uma datação de finais do século II d.C. a início do século III, limite cronológico baseado na presença de um fundo de ânfora Dressel 14 (Filipe, 2019). O nível de regularização já integrou alguma cerâmica de importação (*terra sigillata* Africana A, do tipo Hayes 16 e Hayes 14c; Africana C, do tipo Hayes 45, com cronologias compreendidas entre o segundo quartel e o final do século III d.C. — o estudo das cerâmicas finas provenientes desta sondagem foi realizado por José Carlos Quaresma, a quem agradecemos). A apresentação exaustiva das mesmas será integrada em futura publicação.

O contexto seguinte registado, correspondente a uma lixeira de detritos domésticos, formou-se junto à face exterior da construção primitiva — sobre esta lixeira ver artigo de Jesús Acero Pérez no presente volume. Não foi possível determinar a sua extensão vertical total, perturbada por uma ação construtiva do século XV ou início do XVI. O material proveniente da lixeira (*terra sigillata* Africana D, formas Hayes 87 e Hayes 59; DSP, da forma Rigoir 1; Africana D, das formas Hayes 70, Hayes 87A, Hayes 12/110, Hayes 91; Lucerna Africana D, do tipo Atlante VIII) forneceu cronologias seguras balizadas entre os meados do século V d.C. e o início do século VI (FIG. 4).

Atendendo aos dados enunciados, ainda que condicionados pela reduzida área da sondagem e pela quantidade pouco expressiva dos materiais recuperados, podemos apenas sugerir que a construção da muralha neste local deverá ter ocorrido entre o final do século III d.C. e o início do IV.

O paramento visível até ao nível do beirado do telhado do edifício contíguo mostra várias remodelações e restauros empreendidos entre o século VI e a Época Contemporânea. A sua fase mais antiga é caracterizada pela presença massiva de *spolia*, onde se destacam três monumentos epigráficos de cariz funerário, dois fragmentos de placas, reutilizados como calços da silharia, e um cipo paralelepípedo, colocado numa das fiadas. Atendendo à paleografia e formulário analisados, estas epígrafes datam de entre os meados do século I d.C. e a segunda metade do II d.C. (Encarnação, Leitão e Leitão, 2015).

### 3 — Rua de S. João da Praça

(FIGS. 1 & 2, N.º 3)

Os trabalhos arqueológicos na Rua de S. João da Praça, área contígua à sondagem do Pátio da Sr.<sup>a</sup> de Murça, decorreram em duas fases: em 2001, no âmbito da empreitada municipal de remodelação de infraestruturas de saneamento, e em 2009, inseridos no Projeto Integrado de Estudo e Valorização da “Cerca Velha” de Lisboa. Vieira da Silva já intuía que a muralha atravessava a rua neste local, situando a porta de Alfama e respetiva torre de flanco no sítio onde hoje se encontram os prédios n.ºs 17-17A e 12-10 da Travessa do Chafariz d’El Rei (Silva, 1987, p. 163-164).

Foram realizadas cinco sondagens, duas na zona intramuros e três no exterior da área amuralhada, localizadas entre o coletor oitocentista, que percorre o centro da rua, e as fachadas dos edifícios atuais. Apesar dos condicionalismos ligados à presença de infraestruturas subterrâneas e à instabilidade dos solos junto do edificado atual, foi possível registar um troço de muralha articulado a uma torre de planta semicircular, ocupando praticamente toda a largura da rua, mas cortada transversalmente pelo coletor. Após o terramoto de 1755, a destruição e nivelamento do remanescente da muralha, foi motivada pelas



**FIG. 4**  
Rua de S. João da Praça, 18/Pátio da Sr.<sup>a</sup> de Murça. (PSM 07). Alçado integral da muralha.

alterações urbanísticas que levaram ao deslocamento da rua associada à porta de Alfama, para o percurso da atual rua de S. João da Praça (FIG. 5).

Na primeira intervenção foi possível registar um troço de muralha com duplo paramento, perfazendo 5 m de espessura e cerca de 50 cm de altura conservada, articulada ao arranque de uma torre de planta semicircular. A exiguidade do espaço só permitiu observar uma pequena área da face exterior da cerca, correspondente à largura de um silhar, bem esquadriado e com a junta preenchida por argamassa e elementos pétreos. O conjunto das duas fiadas conservadas aparenta ser semelhante às observadas

no Pátio da Sr.<sup>a</sup> de Murça. Do paramento da torre ficaram visíveis duas fiadas pouco regulares com uma altura de 25 a 30 cm constituídas por blocos toscamente aparelhados, de média dimensão. O núcleo da muralha e da torre é constituído por *opus caementicium*.

Na segunda intervenção, em área mais próxima da previsível localização da porta, foi documentado o fecho da torre e, apenas em planta, o muro contíguo que se prolonga até junto da fachada do edifício n.º 17A. Não foi possível observar a face interna, embora tenham sido detetadas estruturas preexistentes assimiladas pela muralha, afetadas por construções mais recentes, que impediram





**FIG. 5**  
Rua de S. João da Praça, 2001.  
Pormenor do arranque da torre semicircular  
(créditos fotográficos: © Manuela Leitão).

a prossecução dos trabalhos neste espaço. O alçado da torre conserva uma altura de 1,30 m com 3 fiadas regulares, sendo a primeira constituída por dois grandes silhares de 50 a 60 cm de altura. As fiadas seguintes apresentam uma morfologia muito semelhante à registada na intervenção anterior.

Este troço da torre apresentava um embasamento em *opus caementicium* de boa qualidade, com cerca de 0,90 m de profundidade. Esta infraestrutura cortou e assentou em depósitos com materiais datáveis dos anos 40-70 (máximo 40-100) d.C., representados por paredes finas e lucernas de *Augusta Emerita*, *terra sigillata* sudgálica, alguma *sigillata* Itálica e rara hispânica e um fragmento de vidro do tipo Isings 3 — o estudo

das cerâmicas finas provenientes desta sondagem foi realizado por José Carlos Quaresma, a quem agradecemos, a sua apresentação exhaustiva será integrada em futura publicação. Associado ao nível de base do paramento de silharia, foram detetados vestígios de um pavimento em lajes de calcário de formato irregular, colmatado ocasionalmente com seixos. A escavação sob o pavimento revelou de imediato, uma ação construtiva relacionada com a instalação de uma conduta de escoamento de águas que afetou os depósitos Alto-Imperiais até à base do embasamento da torre. Este episódio construtivo foi responsável pela presença abundante de cerâmicas do século XV a início do XVI sob o lajedo e, pontualmente, nos depósitos que encostavam à infraestrutura hidráulica e ao embasamento da torre.

A sondagem extramuros da primeira intervenção revelou uma sequência estratigráfica com material cronológica e formalmente semelhante, com exceção dos últimos níveis que revelaram a presença de *terra sigillata* Africana C, do tipo Hayes 48A e Hayes 50, elementos que denunciam revolvimentos mais antigos nos níveis Alto Imperiais, a partir de meados do século III d.C..

Da porta de Alfama, documentada desde o século XI nas fontes árabes — a *Bab al-Hamma* da cidade islâmica — não foi detetado nenhum indício estrutural, mantendo-se a sua localização hipotética sob o edificado contíguo, conforme proposta de Vieira da Silva.

Atendendo aos dados disponíveis, a origem romana desta porta pode considerar-se segura, assim como o eixo viário associado (*decumanus*), que daqui seguia em direção aos *agri* e à cidade de *Scallabis* (Santarém) (Mantas, 2012, p. 19 e 20).

A cronologia de construção deste segmento da muralha é concordante com a atribuída no Pátio da Sr.<sup>a</sup> de Murça, ou seja, finais do século III ou inícios do IV.

#### 4 – Antigos Armazéns Sommer

(FIGS. 1 & 3, N.º 4)

Os antigos Armazéns Sommer encontram-se implantados na base da colina do Castelo, no bairro de Alfama, mais concretamente na Rua Cais de Santarém, n.ºs 40 a 64, espaço atualmente ocupado pelo Hotel Eurostars Museum.

A intervenção arqueológica ali realizada desenvolveu-se em duas fases (primeira fase: 2004-2005; segunda fase: 2014-2015), colocando a descoberto uma complexa sequência estratigráfica, testemunhando a ocupação humana, no espaço da cidade de Lisboa, desde tempos pré-históricos (Neolítico Antigo) à Época Contemporânea.

As muralhas de Época Romana foram um dos mais importantes elementos patrimoniais identificados por estes trabalhos. Durante a primeira fase, foi possível perceber a existência de estruturas de carácter defensivo do período romano sob os alicerces dos palácios de Época Moderna existentes no local e que, depois de extensamente destruídos pelo terramoto de 1755 se converteram nos Armazéns. Estes contextos registam-se ao longo de todo o patamar inferior do edificado (acesso direto para a Rua Cais de Santarém), desenvolvendo-se paralelamente à margem direita do rio Tejo. Na área Sul do sector mais a Este, foi desde logo possível identificar, pela primeira vez, a presença da base da muralha romana de Época Alto-Imperial, datada da primeira metade do século I d.C.. Apoiada nesta construção, pelo lado Sul, encontra-se adossada a base da muralha tardia: datável de entre os séculos IV/V d.C. (Gaspar e Gomes, 2007, p. 694). Na segunda fase dos trabalhos arqueológicos, percebeu-se que no sector Oeste a muralha Alto-Imperial foi destruída/absorvida pela muralha tardia, terminando o seu traçado onde atualmente se encontra o *lobby* do hotel, junto da área da escadaria principal.

A muralha Alto-Imperial foi identificada numa extensão de cerca de 19 metros,

apresentando uma largura média de cerca de 1,90/2,00 m. O seu alçado interno encontrava-se visível numa altura de 1,30 m. Do alçado externo, apenas foi possível registar uma fiada da qual se conservavam apenas três blocos, numa zona de inflexão e intersecção com a muralha tardia. A implantação desta estrutura, registada no seu lado interno, caracteriza-se pelo corte realizado no afloramento rochoso (calco-arenitos) ali existente e pelo preenchimento, quando necessário, da sua base por um enrocamento constituído por pedras de pequena e média dimensão envoltas num sedimento argiloarenoso. Foi construída em *opus caementicium*, revestida com blocos de talhe irregular de dimensões variáveis aglutinados com uma argamassa de coloração amarela. Os materiais exumados que permitiram propor uma cronologia para a muralha Alto-Imperial provêm de depósitos relacionados com a fundação da estrutura, verificando-se a presença de ânforas itálicas, béticas e lusitanas (Dressel 1C, Maña C2, Haltern 70, Dressel 7/11) e cerâmicas finas importadas, *terra sigillata* de tipo itálico (Consp. 12, 18.2, 20.3, 22.1.4) e do Sul da Gália, fragmentos de paredes finas com decoração areada e encrespada, apontando para uma cronologia da primeira metade do século I d.C., sugerindo uma data dos finais do Principado de Tibério para a sua construção.

No que diz respeito à muralha tardia, foi possível o seu registo ao longo de todo o comprimento do espaço do hotel, numa extensão de cerca de 60 m. No lado Este, observa-se apenas ao nível do atual piso 0 do novo edifício, preservando-se o seu alicerce até à escadaria que presentemente dá acesso aos pisos superiores. Para Oeste da atual escadaria principal do hotel, foi possível observar que a estrutura defensiva serviu de base a uma torre construída no local onde a muralha romana tardia faz uma inflexão para Sudeste. Esta torre, que atualmente é possível observar, terá resultado de uma reformulação da anterior cerca defensiva em Época Medieval Islâmica,





uma continuidade que não causa estranheza já que se observaram similares adaptações de pré-existências romanas em período islâmico em outros pontos da estrutura defensiva.

Ainda no seu limite Este, a muralha inflete para Sul, criando um vértice que sai dos limites do edifício, permitindo a criação de distintos ângulos defensivos (FIG. 6).

Na área Oeste, os trabalhos revelaram que a muralha tardia se encontra em grande parte preservada apenas na base, particularmente na face voltada ao rio, tendo o paramento externo sido removido e refeito mais atrás, provavelmente aquando da adaptação do espaço a armazém de ferro.

No que respeita ao paramento interno, os trabalhos da segunda fase revelaram uma estrutura defensiva em bom estado de conservação, onde se podia observar um poderoso escalonamento. Registaram-se diversas remodelações e adaptações na fase final do período romano. É ainda de notar que os trabalhos arqueológicos na base do Arco de Jesus, bem como no edificado contíguo, permitiram a identificação da continuação para Oeste desta muralha romana tardia (Pinheiro, Santos e Rebelo, 2017).

No limite Oeste, que se encosta ao Arco de Jesus, a muralha tardia foi registada em uma altura de cerca de 8 m, com uma largura preservada de cerca de 5,5 m, apesar de se apresentar relativamente destruída pelas adaptações palacianas de Época Moderna. O escalonamento interno da muralha é visível desde a base, desenvolvendo-se em todo o comprimento da área de intervenção. O alicerce na face interna da muralha está associado a uma vala de fundação que cortou os contextos arqueológicos mais antigos, nomeadamente da Época Imperial, do período Romano Republicano e da Idade do Ferro. Esta vala

apresenta uma largura de 1,90 m, atingindo uma profundidade de 2,70 m. No seu enchimento foram recolhidos materiais arqueológicos que incluíam cerâmicas finas importadas de diferentes cronologias, *terra sigillata* itálica, sudgálica e hispânica e *sigillata* africana A, C e D. De entre estas últimas, foram identificados alguns fragmentos de paredes e fundos da primeira fase da produção, sendo o fragmento mais recente um exemplar da forma H52B em *sigillata* africana C2, com uma cronologia de finais do século IV/inícios do V d.C.. Pela presença destas cerâmicas finas, foi possível propor uma datação compreendida entre os finais do século IV e os inícios do V d.C. para a construção da muralha tardia. O conjunto destes materiais foi estudado por Alexandra Gaspar, a quem agradecemos (FIG. 7).

Esta muralha tardia apresenta um duplo paramento pétreo, com enchimento em *opus caementicium*, composto por pedras maioritariamente de grande dimensão, embora inclua também algumas de calibre médio, aglutinadas por uma argamassa branca. Pela dimensão dos blocos e pelo tipo de argamassa, distingue-se claramente da sua congénere Alto-Imperial. O paramento interno no seu limite Este reutiliza o paramento da muralha anterior, conservando-o. Da banda Oeste, o paramento interno apresenta-se escalonado, assumindo aqui maior expressão. O paramento externo é constituído por um *opus quadratum* de blocos de calco-arenito aparelhados, alguns reaproveitados de anteriores construções. Regista-se também o reaproveitamento de outros elementos pétreos, nomeadamente, fragmentos de fustes de colunas e testemunhos de paredes de habitações domésticas desativadas e incorporadas no enchimento da muralha, uma situação frequente nas cercas urbanas da Antiguidade Tardia (FIG. 8).

**FIG. 6**

Piso 0 – Vista aérea da área Este das muralhas romanas, sendo visível o vértice criado na muralha tardia, na zona onde infletia para Sul (créditos fotográficos: Neoépica Lda.).





**FIG. 7**

Paramento interno da muralha Tardo-Romana, vendo-se o escalonamento bem como a sua vala de fundação (créditos fotográficos: Neoépica Lda.).

## 5 – Arco de Jesus

(FIGS. 1 & 2, N.º 5)

Na zona correspondente ao Arco de Jesus foi inicialmente programada uma sondagem, com uma extensão de 7 m por cerca de 1,40 m de largura, aberta ao longo do vão do arco, encostada à fachada lateral do edifício dos Armazéns Sommer, esta intervenção atingiu a profundidade de 2,50 m na área junto à base do arco.

Dadas as limitações colocadas pelas diversas infraestruturas do subsolo, que não permitiram a escavação de áreas significativas nem a observação da face externa da muralha, foi decidido abrir nova sondagem, do lado oposto do vão. Esta, com uma extensão de 5,50 m por cerca de 1,40 m, alcançou cerca de 2,60 m de profundidade junto da face externa da muralha.

Assim, as sondagens permitiram identificar ambas as faces da muralha, distando cerca de 5,80 m entre si, interrompidas por um antigo vão, cujo alinhamento apenas diverge do atual no lado do edifício dos antigos Armazéns Sommer. Foi assim confirmada,

não apenas a continuidade do traçado proposto por A. Vieira da Silva (Silva, 1987), mas também a articulação com os dados obtidos pela intervenção arqueológica efetuada nos antigos Armazéns Sommer entre 2004 e 2005, posteriormente complementados pelos resultantes da mais extensa intervenção ocorrida entre 2014 e 2016.

**FIG. 8**

Testemunho de parede com estuque pintado, integrado no miolo da muralha romana tardia (créditos fotográficos: Neoépica Lda.).



O interior do vão foi revestido dos dois lados, junto à base, por elementos de calcário compacto de grande dimensão (entre 1,40 e 1,80 m de comprimento por cerca de 0,70 m de altura), sendo as restantes duas fiadas conservadas, compostas por elementos de dimensão variada. Alguns dos elementos arquitetónicos decorados, de calcário com rudistas (vulgo “lioz”), que integram as primeiras fiadas dos paramentos do vão, terão originalmente pertencido a um *sofíto*, parte inferior de uma arquitrave de um edifício público romano de meados do século I d.C., observação de Lídia Fernandes, a quem agradecemos.

Na base da extremidade Sul de ambas sondagens, foram identificadas as pedras de fecho da antiga porta. O desfasamento no alinhamento entre ambas, não impediu a medição da largura do vão mas as distintas morfologias dos elementos construtivos deixaram em aberto a hipótese de apenas uma delas ser coeva da primitiva construção da porta. Com efeito, o elemento do lado Poente, um monólito em calcário de grande dimensão e talhe cuidado, faz simultaneamente parte do vão e da face externa da muralha. No lado oposto, a pedra de fecho é de reduzida dimensão, de talhe irregular e não alcança a face externa da muralha. Este facto pode indiciar um estreitamento do vão em Época Pós-Romana, a exemplo do que foi observado na porta da Ponte da cidade de Mérida, que reduziu o seu vão de 3,70 m para 2,66 m (Pizzo, 2010, p. 123), uma dimensão semelhante à obtida para a porta do Arco de Jesus, cerca de 2,60 m.

O alinhamento e o vão da porta mantiveram-se inalterados durante um longo período, como testemunham dois alteamentos do nível de pavimento e o espólio cerâmico ali exumado, cronologicamente enquadrado entre o final do século XV e o início do século XVI. A remodelação manuelina foi responsável pelo alteamento definitivo da cota de circulação (em cerca de 1,30 m) e pelo alargamento do vão (em cerca de 0,60 m) que podemos ainda observar.

A identificação do *cardus* que ligava a frente ribeirinha ao *decumanus* (onde hoje se situa a parte ocidental da rua de S. João da Praça), com um pequeno desfasamento em relação à rua atual, constituiu também um dado relevante para a perceção da malha urbana na Antiguidade Tardia e da articulação intra e extramuros, junto da frente ribeirinha.

A exiguidade do espaço intervencionado deixou no entanto muitas questões sem resposta. O invulgar “embasamento” em *opus caementicium* no local do vão levantou a hipótese de constituir um reforço estrutural numa área de terrenos pouco consistentes e parcialmente sujeitos à ação das marés. A pequena faixa escavada junto das paredes do vão não permitiu aferir também se essa infraestrutura constituía uma sapata irregular que ultrapassa a prumada da parede do vão, ou se, como pensamos, se trata de uma preexistência sobreposta por outra estrutura mais tardia.

A questão das torres de flanqueio que poderiam ladear a porta permaneceu em aberto. Apesar de tal estrutura não ter sido detetada durante a intervenção arqueológica nos antigos Armazéns Sommer, não é de excluir a existência de apenas uma torre de flanqueio localizada no edifício do lado oposto, já que a área aí intervencionada foi muito reduzida. Existem para esta situação diversos exemplos: a porta do Rio em *Norba Caesarina* (Cáceres) e a porta do lanço oriental e a porta Rufina em *Gerunda* (Girona) (Fernández Ochoa e Morillo Cerdán, 2006, p. 261-262).

## 6 – Campo das Cebolas, n.<sup>os</sup> 1-12/ Arco de Jesus, n.<sup>os</sup> 1-5

(FIGS. 1 & 2, N.º 6)

Imediatamente a Oeste do Arco de Jesus, os trabalhos de diagnósticos levados a cabo no edifício sito no Campo das Cebolas, n.<sup>os</sup> 1-12/ Arco de Jesus, n.<sup>os</sup> 1-5, permitiram identificar o troço da muralha tardia em três sondagens de solo realizadas (sondagens I, V e VI).





**FIG. 9**

Largura total da muralha Tardo Romana e pormenor do aparelho que constitui a face exterior da mesma (créditos fotográficos: Neoépica Lda.).

A face interna (lado Norte), à semelhança do que se havia verificado nos antigos Armazéns Sommer, apresenta-se escalonada por diferentes degraus que, no entanto, contrariamente ao que sucede no edifício a Este do arco, não apresentam todos a mesma largura nem se encontram às mesmas cotas (Ribeiro *et al.*, 2017; Pinheiro, Santos e Rebelo, 2017). A estrutura construída entre os séculos IV/V d.C. (Gaspar e Gomes, 2007, p. 694) apresenta uma largura mínima que ronda os 4,50 m (na sondagem I) e os 4,60 m (nas sondagens V e VI), engrossada pela presença dos degraus. No caso da sondagem VI, a largura obtida foi possível pela integração de uma parede

pré-existente (também de Época Romana) que apresentava ambas as faces rebocadas.

Enquanto no lado Norte a face da muralha, bem conservada, é constituída por silhares calcários quadrangulares e retangulares de grande dimensão unidos por uma argamassa de tonalidade esbranquiçada, a Sul, o paramento encontrava-se já bastante afetado pela ação do rio no passado. O miolo da estrutura, por outro lado, de acordo com o que nos foi permitido observar, é constituído por um *opus caementicium* com elementos pétreos de dimensão variada unidos por uma argamassa compacta que preenchia o espaço entre os dois paramentos de face. Os trabalhos de solo



foram interrompidos, no caso das sondagens mencionadas, a pouco mais de 1 m de profundidade, sendo de destacar na sondagem I a existência de um piso em rampa, com ligeira pendente Norte-Sul, constituído por elementos pétreos de pequena dimensão bem argamassados que encostam à muralha (FIG. 9).

As sondagens parietais levadas a cabo em continuidade com a sondagem de solo I permitiram também verificar que a muralha se encontrava preservada em cota positiva, embora exclusivamente ao nível do atual piso térreo. No paramento Norte, foi possível perceber que o primeiro degrau da muralha foi desmontado aquando da construção do edifício de Época Moderna, descarregando as abóbadas do compartimento atual diretamente sobre a muralha (FIG. 10).

## 7 – Casa dos Bicos

(FIGS. 1 & 2, N.º 7)

A intervenção arqueológica na Casa dos Bicos em 2010 foi mais uma intervenção enquadrada no Projeto Integrado de Estudo e Valorização da “Cerca Velha” de Lisboa.

Foram estabelecidos dois objetivos principais: complementar a informação obtida pela campanha de 1981-82, colocando a descoberto o troço conservado da muralha e criar um espaço museológico acessível ao grande público.

Este segmento de muralha, cujo traçado hipotético Vieira da Silva enunciou (Silva, 1987, Estampa V), esteve inserido no lanço ribeirinho até à construção da Casa dos Bicos entre 1521 e 1523 (Filipe *et al.*, 2016). Apresenta uma extensão de cerca de 18 m, com uma orientação



**FIG. 10**

Vista da face interna da muralha, sobreposta pelas abóbadas do edifício de Época Moderna que se lhe sobrepõem (créditos fotográficos: Neoépica Lda.).



Este-Oeste, incluindo uma torre de planta semi-circular, com 5,60 m de diâmetro e uma projeção exterior de 1,60 m. O alçado ao longo da estrutura, visível em três secções (sondagens 1, 2 e 3), conserva uma altura máxima de 3,20 m, na área da torre. O paramento voltado a Sul é constituído por fiadas irregulares, compostas por *spolia*, silhares almofadados, elementos arquitetónicos, monumentos funerários, entre outro material pétreo de grande dimensão. Apesar da heterogeneidade do aparelho, decorrente da irregularidade dos materiais utilizados, o alçado apresenta alguma regularidade, evidenciando uma construção solidária, afetada nas duas últimas fiadas pela construção do edifício quinhentista (FIG. 11).

A torre semicircular não se encontra adossada à muralha, fazendo parte do mesmo corpo maciço, ainda que com um paramento muito alterado por intervenções posteriores. Conserva quatro fiadas de blocos irregulares de pequena e média dimensão e silhares toscamente aparelhados, dispostos transversalmente de modo a oferecer mais consistência à construção. Esta estrutura encontra-se apoiada numa plataforma retilínea, saliente, composta por quatro fiadas onde predominam silhares de grande dimensão.

A face virada a Norte deste troço da muralha integrou construções preexistentes, provavelmente relacionadas com a atividade fabril de transformação de pescado documentada no local. Nas sondagens 1 e 2 é claramente visível o adossamento da muralha a paredes com 1 m de largura, oscilando a espessura final do troço entre os 4,20 m e os 3,20 m. O preenchimento do espaço entre as duas faces foi realizado em *opus caementicium*, evidenciando uma mistura compacta de argamassa de cal, com pedras irregulares de grande a pequena dimensão e seixos rolados, recolhidos certamente nas margens da praia estuarina. Toda a estrutura da muralha assenta no substrato rochoso miocénico, sensivelmente entre a cota 0 m e a cota -0,20 m, na extremidade poente. Pontualmente, foram

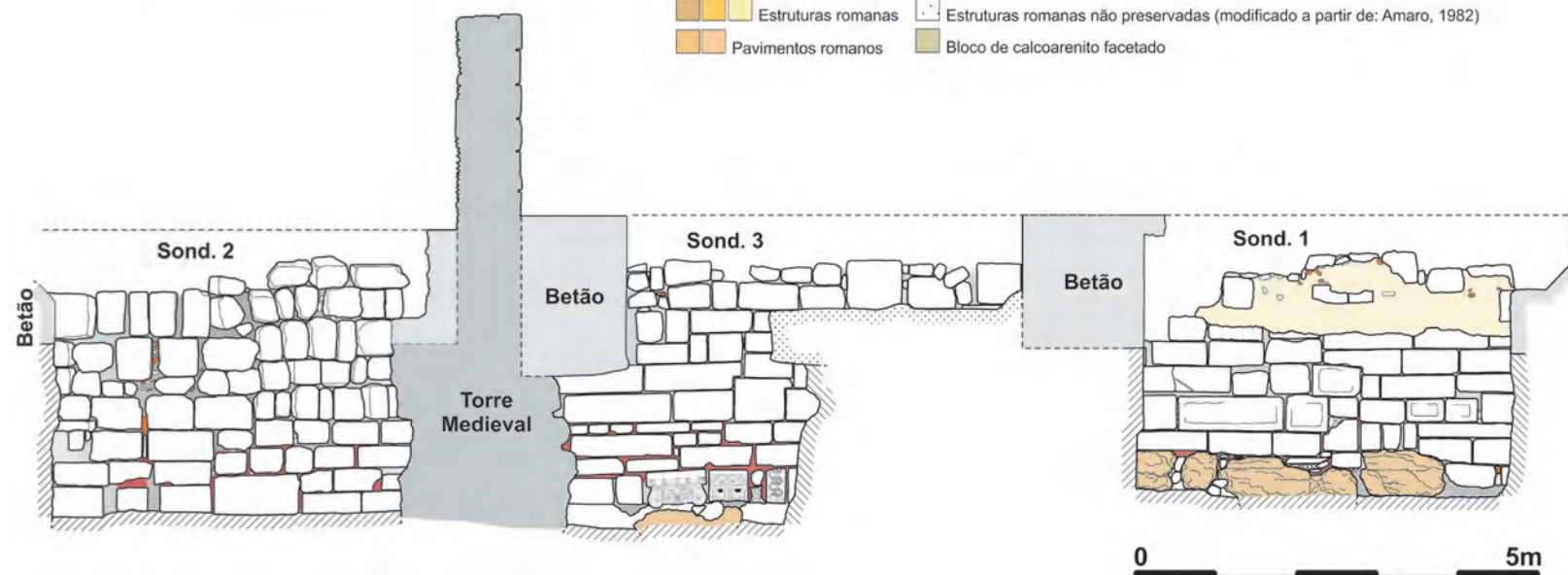
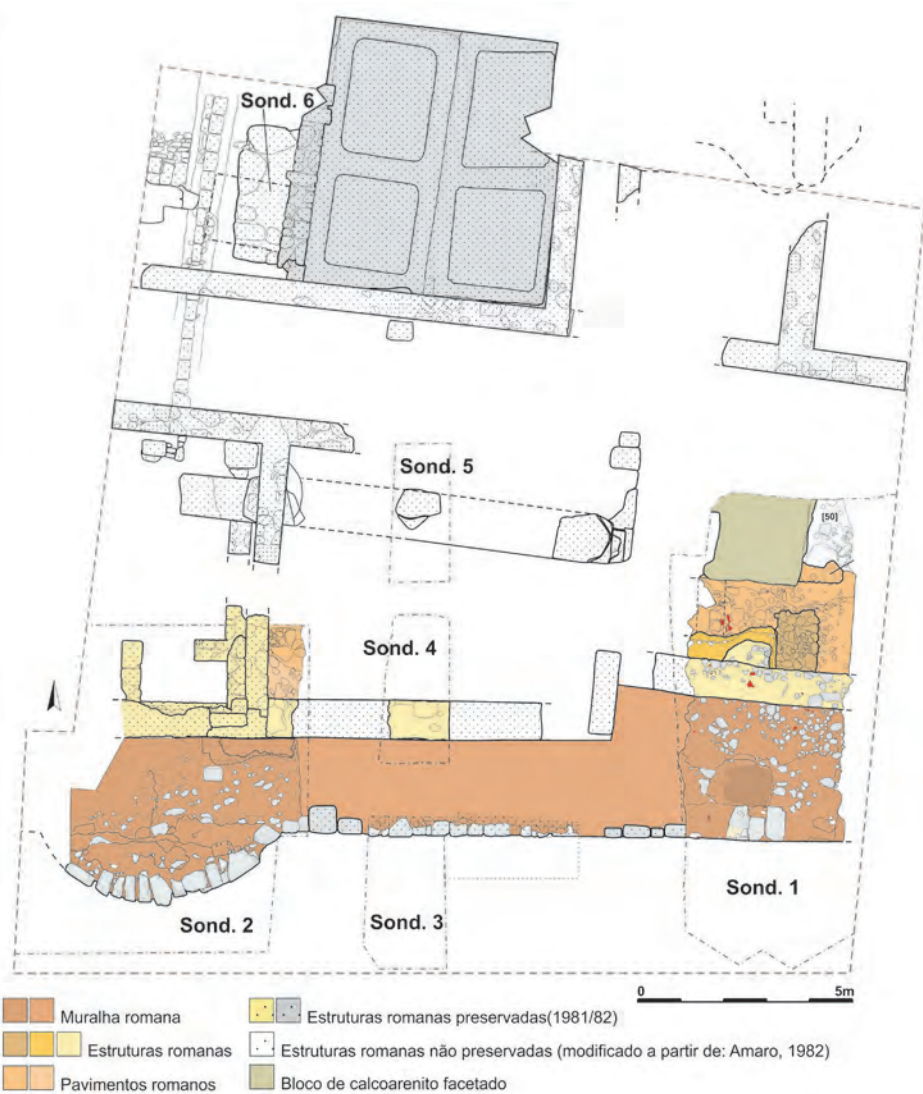
utilizados grandes blocos de calcários dispostos sob a sua base.

Apesar da importante informação conseguida, não foi possível estabelecer a cronologia da construção da muralha. Na área intramuros, a presença de estruturas pré-existentes ao longo de todo o espaço intervencionado, inviabilizou essa análise e, na área extramuros, a presença de depósitos aluviais do Tejo, intercalados com detritos antrópicos, balizados cronologicamente entre uma fase indeterminada do século XV e a construção da casa quinhentista, assentava diretamente nos níveis geológicos, não oferecendo quaisquer elementos para a datação da muralha. A área Sul envolvente da torre semicircular também se encontrava afetada pelo embasamento de uma torre medieval que veio assentar sobre estes níveis.

O único elemento cronológico que permite uma datação *post quem* por associação indireta diz respeito a uma das paredes pré-existentes, à qual a muralha adossa, data da segunda metade do século III d.C. (Filipe *et al.*, 2016, p. 433-434). Outros indicadores cronológicos podem ser intuídos pela presença de cinco elementos arquitetónicos reutilizados no paramento da muralha e correspondem a capeamentos de ara do *territorium* olisiponense e a uma estela, monumentos funerários muito comuns nos séculos I e II d.C..

Ainda no âmbito dos pormenores construtivos foi observado o recurso à técnica de engatilhados de regularização de fiadas, solução muito frequente na arquitetura pública da Mérida romana (Pizzo, 2010, p. 559) e bem patente nas muralhas tetrárquicas, como por exemplo, nas cidades de Lugo (González Fernandez e Carreño Gascón, 2007, p. 262), Braga (Lemos *et al.*, 2007, p. 338) e Viseu (Carvalho e Cheney, 2007, p. 734).

Os dados recuperados nesta intervenção arqueológica apenas permitem afirmar que a construção deste troço de muralha não foi realizada antes do final do século III d.C. (Filipe *et al.*, 2017).



**FIG. 11**  
Casa dos Bicos, 2010. Planta e alçado dos vestígios arqueológicos. Aspetto do paramento da muralha na sondagem 3 (créditos fotográficos: © Vítor Filipe/Desenhos: Vasco Vieira/Tratamento gráfico: Vítor Filipe).



IDENTIFICAÇÃO						ESTRUTURA	DIMENSÕES
Lanço	Nº	Local	Ano	Âmbito	Instituição		
Oriental	1	R. Norberto de Araújo, 21-29	2005-2007	Reabilitação PIEVCVL	CML	Muralha	Comp.: c. 13 m
						Torre quadrangular	Larg.: 5,12 m
							Proj.: 2,10 m
			2013			Muralha	Comp.: c. 16 m
						Torre quadrangular	Larg.: 5,12 m
	2	Rua de S. João da Praça, 18 / Pátio da Sra. de Murça	2007	PIEVCVL	CML	Muralha	
						Fundação	c. 0,50 m
	3	R. de S. João da Praça	2001	Saneamento	CML	Torre Semicircular	Corda.: 5 m
Ribeirinho							Proj.: 1,80 m
			2009	PIEVCVL	CML	Muralha	Larg.: 5 m
						Fundação	c. 0,90 m
	4	Sommer	2004/2005	Reabilitação	IPPAR	Fundação	Larg.: c. 1,90/2,00 m
							Altura: 1,30 m
							Extensão: c. 19 m
			2005 2014/ 2016		IPPAR/Neoépica	Muralha	Larg.: c. 5,5 m
							Altura: 8 m
							Extensão: c. 60 m
	5	Arco de Jesus	2009	PIEVCVL	CML	Porta monofora	Larg.: 5,80 m
							Vão: 2,60 m
	6	Campo das Cebolas	2016	Reabilitação	Neoépica	Muralha	Larg.: c. 4,60 m
	7	Casa dos Bicos	1981-82	Reabilitação	IPPC	Torre semicircular	Diâm.: 5,60 m
							Proj.: 1,60 m
			2010	PIEVCVL	CML	Muralha	Larg.: 3,20 m - 4,20 m
						Fundação	
	8	R. dos Bacalhoeiros/Arco Portas do Mar	2016	Reabilitação	Neoépica	Muralha	Larg.: c. 6 m
	9	Arco Escuro	2009	PIEVCVL	CML	Muralha	Larg.: 4,60 m

**FIG. 12**

Tabela com as principais características dos troços de muralha.

## 8 – Rua dos Bacalhoeiros, n.ºs 16-16D

(FIGS. 1 & 2, N.º 8)

Na Rua dos Bacalhoeiros, n.ºs 16-16D, a intervenção arqueológica colocou a descoberto vestígios da muralha romana tardia, que se desenvolve na zona central do edificado atual, implantando-se paralelamente à margem do rio (Pinheiro, Santos e Rebelo, 2017).

A estrutura defensiva romana apresentava-se em mau estado de conservação, com uma largura conservada de cerca de 6 m. O paramento Norte é constituído por silhares calcários de grande dimensão unidos por uma argamassa esbranquiçada, visíveis apenas na face voltada para o interior uma vez que se lhe sobrepunha no alçado Norte uma viga de contraventamento do edifício atual. A Sul, identificou-se o que poderá

SISTEMA CONSTRUTIVO				CRONOLOGIA	RELAÇÃO ESPACIAL COM A CIDADE ALTO-IMPERIAL	VISITÁVEL
Paramento	Núcleo	Fundação	Spolia			
Aparelho irregular				2ª metade do séc. I d.C.?		Sim
	<i>Opus cæmenticiūm</i>	<i>Opus cæmenticiūm</i>				
	<i>Opus cæmenticiūm</i>		Moderada	Final do séc. IV-V d.C. (380-480)		
<i>Opus quadratum</i>		Nível de material pétreo argamassado		Final do séc. III d.C. - início séc. IV e posterior	Sobreposição a pré-existências	Sim
	<i>Opus cæmenticiūm</i>	Embasamento <i>opus cæmenticiūm</i>		Final do séc. III d.C. - início séc. IV	Incorporação de pré-existências	Não
	<i>Opus cæmenticiūm</i>	<i>Opus cæmenticiūm</i>		1ª metade do séc. I d.C.		Sim
<i>Opus quadratum</i>	<i>Opus cæmenticiūm</i>	Embasamento <i>opus cæmenticiūm</i>	Moderada	Final do séc. IV d.C. - início do séc. V	Incorporação de pré-existências	
		Embasamento <i>opus cæmenticiūm</i>	Moderada	Antiguidade Tardia e posterior	Sobreposição a pré-existências?	Não
<i>Opus quadratum</i>	<i>Opus cæmenticiūm</i>	Embasamento <i>opus cæmenticiūm</i>		Antiguidade Tardia		Não
Aparelho irregular	<i>Opus cæmenticiūm</i>		Elevada	A partir do final do séc. III d.C.	Incorporação de pré-existências	Sim
<i>Opus quadratum</i>	<i>Opus cæmenticiūm</i>	Embasamento <i>opus cæmenticiūm</i>		Antiguidade Tardia e posterior		Não
				Antiguidade Tardia		Não

corresponder a uma outra estrutura, igualmente orientada a Oeste-Este, com cerca de 1,30 m de largura e alçado Sul rebocado, que se encontra exatamente no alinhamento proposto por Vieira da Silva para a muralha medieval (Silva, 1987). Não ficámos totalmente esclarecidos se realmente se trata de uma estrutura aparte que adossa à muralha Tardo-Romana ou se corresponde a um prolongamento desta, que tenha

sofrido algumas alterações que lhe conferiram características ligeiramente diferentes. O miolo da estrutura, muito contaminado por intervenções posteriores, é formado por elementos pétreos de pequena a grande dimensão, dispostos arbitrariamente, unidos por argamassa compacta de duvidosa tonalidade dada a sua afetação por um episódio de incêndio, constitui seguramente um *opus cæmenticiūm*, ainda que de fraca qualidade.



## 9 – Arco Escuro

(FIGS. 1 & 2, N.º 9)

A sondagem programada, com uma extensão de 6,00 m por cerca de 1,00 m de largura, foi aberta ao longo da fachada lateral do n.º 26 da Rua dos Bacalhoeiros, tendo a escavação atingido a profundidade máxima de cerca de 2,00 m numa pequena área junto da face externa da muralha.

Apesar dos constrangimentos colocados pelas diversas infraestruturas de subsolo, que não permitiram a escavação de áreas significativas, foi ainda assim possível expor ambas as faces da muralha da Antiguidade Tardia (distanto entre si cerca de 4,60 m) e parte do miolo de *opus cæmenticium*, com uma altura conservada de cerca de 1,30 m na face voltada ao rio.

Foi confirmado o traçado proposto por A. Vieira da Silva para a “Cerca Velha” mas não foi possível identificar qualquer vestígio da existência de uma porta ou postigo anterior ao atual arco, tal como chegou a propor aquele autor. Contudo, tendo em conta a reduzida largura da sondagem e o facto de não ter sido possível escavar do lado oposto do vão do arco, não podemos afastar liminarmente a hipótese da existência da referida porta ou postigo. O espessamento da face interna da muralha em jeito de contrafortagem pode também sugerir a proximidade de uma abertura, que, a existir, seria localizada um pouco mais a Oeste, junto às escadas de acesso ao caminho de ronda.

Do quase inexistente material arqueológico, importa apenas referir um fragmento de *terra sigillata* Africana D, do tipo Hayes 61A, com cronologia compreendida entre a segunda metade do século IV e o início do século V, que foi recuperado junto à face interna da muralha, no último nível que foi possível escavar — informação de José Carlos Quaresma, a quem agradecemos (FIG. 12).

## As muralhas romanas de Lisboa

As muralhas de Lisboa são um exemplo expressivo da evolução dos sistemas defensivos e delimitadores da cidade. Constituem estruturas marcantes, com uma evolução constante desde a sua construção. Usadas, reaproveitadas e adaptadas às exigências e gostos de cada época, conheceram sucessivos episódios de reparação, reconstrução ou mesmo de desafetação ao longo dos tempos. Por se encontrarem inseridas nas diferentes malhas urbanas que a cidade foi conhecendo ao longo de séculos, pela forma como foram construídas, muitas vezes sobre afloramentos ou substratos rochosos, pelas diversas remodelações que foram conhecendo, nem sempre é possível a sua associação a contextos arqueológicos fundacionais bem definidos, o que dificulta a sua caracterização e, sobretudo, uma categórica datação de cada troço estudado. O conhecimento que hoje temos das muralhas lisiponenses foi sendo construído através de diversas intervenções arqueológicas, mais ou menos pontuais, que contribuíram para ir compondo a imagem que hoje podemos apresentar.

Importa sublinhar também que as cercas urbanas constituem obras complexas e demoradas, que podem arrastar-se longos intervalos de tempo. Os modos como os arqueólogos podem datar os diferentes locais observados baseiam-se por norma em escassos elementos: materiais que se encontram nos sedimentos que preenchem valas de alicerce, materiais depositados em camadas de terreno subjacentes aos alicerces ou que pela sua construção foram afetados, materiais que se encontram incorporados nas construções. Estes escassos elementos possibilitam aquilo que tecnicamente se chama uma proposta de datação *post quem* (depois de). Ou seja, se encontramos cerâmicas do século III d.C. debaixo de um alicerce isso significa que o dito alicerce foi implantado em um momento posterior à circulação e

uso desses mesmos materiais. Não sabemos realmente quanto tempo depois, se escassos dias, meses ou se vários anos. É destes escassos elementos que dispomos para propor datas de construção e uso para os diferentes sistemas defensivos; não admira por isso que possam apresentar-se propostas de cronologia, por vezes, algo contraditórias, sem que necessariamente o sejam.

Partimos de um primeiro feixe de interrogações ainda não resolvido: atendendo ao que se conhece sobre os aglomerados indígenas da Idade do Ferro do ocidente da Península Ibérica, é muito provável que a Lisboa pré-romana estivesse defendida por uma muralha. Contudo, até à data, nenhum elemento concreto indiciador dessa primitiva construção foi identificado. Assim, teria o primitivo aglomerado uma muralha? Em caso afirmativo, que uso fizeram dela os romanos? Desmantelaram-na, como aconteceu em vários outros núcleos indígenas? Conservaram-na? Usaram-na? Nada sabemos sobre este assunto.

A muralha mais antiga conhecida até ao momento, que pôde ser escavada em toda a sua largura, com depósitos e materiais arqueológicos associados, corresponde à muralha Alto-Imperial identificada nos antigos Armazéns Sommer, atualmente Hotel Eurostars Museum. Aqui, pela primeira vez foi possível registar a existência de uma muralha desta época, provavelmente a primeira muralha romana de *Olisipo*, certamente de carácter mais honorífico que propriamente funcional, refletindo um novo poder estabelecido e a dignidade de *municipium civium romanorum* atribuída provavelmente entre 31 a.C. e 27 a.C. (Faria, 1995, p. 91-93; 1999, p. 36-37).

Foi identificada na frente ribeirinha, numa extensão de cerca de 19 m. Trata-se de uma estrutura de duplo paramento, com enchimento em *opus caementicium*, constituída por pedras de grande e médio calibre com uma argamassa de cor amarela. Apresenta uma largura de cerca de 2 m, assentando

por vezes num enrocamento. Do seu alçado externo restaram poucas pedras aparelhadas, não se podendo determinar com segurança o seu aparelho. A cronologia geral proposta para a sua construção, com base nas cerâmicas importadas que lhe estavam associadas, aponta para uma etapa final do Principado de Tibério, ou seja aproximadamente a terceira década do século I d.C.. Atendendo ao que acima se expôs, não é de estranhar o desfaseamento cronológico entre a atribuição da dignidade municipal a *Olisipo* e a construção da sua primeira cerca, seguramente, uma obra complexa e de demorada execução. O troço ribeirinho estar em obra sob Tibério não anula a possibilidade de ter começado antes a construção da muralha.

A outra muralha conhecida foi erguida na Antiguidade Tardia, uma situação recorrente nas cidades romanas: uma primeira muralha usualmente associada à fundação urbana, nos casos em que a cidade é desenhada de raiz, ou relacionada com a concessão de uma primeira dignidade política e administrativa e uma outra, de distinta natureza, quando as comunidades se sentiam ameaçadas e se tornava premente a defesa das cidades contra inimigos reais ou temidos.

Esta muralha tardia tem vindo a ser identificada em vários pontos da cidade, nomeadamente junto ao rio e a oriente, em boa parte por poder ter sido mantida em épocas posteriores. O mais notável troço estudado localiza-se na área dos antigos Armazéns Sommer (atual Hotel Eurostars Museum) e conservava-se numa extensão de cerca de 60 m. Apresenta uma largura que varia entre os 3,20 m e os 6 m e uma altura de 8 m, registada na face interna, apresentando um alçado escalonado que lhe conferia uma base de maior envergadura. Esta opção técnica pode relacionar-se com a proximidade relativamente à margem do rio e a necessidade de assegurar um reforço eficaz contra eventuais avanços das águas em épocas de marés vivas.



Trata-se de uma estrutura de duplo paramento pétreo em *opus quadratum*, com enchimento em *opus cæmenticium*, composto de grandes pedras e uma argamassa de cor branca. Uma das características do aparelho é a disposição dos blocos aparelhados com coincidência ou alternância de juntas, assim como a utilização de pequenos elementos pétreos a fechar as juntas; verifica-se também a utilização da técnica de engatilhados para regularização de fiadas. A matéria-prima local foi utilizada quer na composição da silharia, quer nas argamassas. Outra característica, bastante vulgar nas construções defensivas deste período, prende-se com a reutilização de materiais pétreos resultantes do desmantelamento de edifícios mais antigos que estariam desativados (*spolia*) – blocos almofadados, pedras de “lizo”, elementos arquitetónicos, inscrições, etc.

As fundações desta muralha apresentam soluções técnicas variadas, registando-se enchimentos de alicerce em *opus cæmenticium*, assentamento pelo recurso a construções anteriores, assim como implantação realizada diretamente sobre o substrato rochoso miocénico, por vezes, com utilização pontual de grandes blocos de calcário dispostos sob a base.

A muralha tardia encosta por vezes à cerca Alto-Imperial, aproveitando-a, ou sobrepondo-se-lhe, sendo mais evidente esta relação na área da frente ribeirinha, o que se compreende, uma vez que a orla do estuário constituía um constrangimento físico permanente que não permitia grandes variações de traçado a qualquer estrutura defensiva que ali se quisesse construir. Verifica-se ainda a desativação de estruturas habitacionais que acabam incorporadas na própria muralha, sublinhando o que seria a alteração da fisionomia urbana existente.

Estas situações, utilização de *spolia* e incorporação de construções anteriores nas

novas estruturas defensivas, são bem conhecidas em diversas cidades romanas que se rodearam de cercas defensivas em épocas tardias. Tradicionalmente, suscitaram interpretações que a investigação atual encara com alguma reserva: a ideia de uma “decadência urbana”, perceptível na redução das áreas amuralhadas, quando comparadas com os perímetros urbanos mais antigos; precipitação na edificação destas defesas, deduzida da reutilização de materiais procedentes do desmantelamento de edifícios anteriores ou do “sacrifício” de algumas casas, incorporadas nas novas cercas defensivas. Hoje sabemos que a cidade da Antiguidade Tardia não é já a cidade dos inícios do Império Romano; entre outros fatores, a emergência do Cristianismo como nova religião de Estado tornou obsoletos e sem sentido muitos dos antigos edifícios pagãos, que perdendo as suas funções se transformam em espaços problemáticos das cidades, pelo espaço que ocupam, e apetecíveis canteiras para a obtenção de material de construção de qualidade.

Nas áreas até agora intervencionadas regista-se a presença de duas torres semicirculares, com 5,60 m de diâmetro, no caso da identificada na Casa dos Bicos, e possivelmente duas outras de planta retangular, na área da Rua Norberto Araújo. Não sabemos da razão destas diferenças arquitetónicas registadas nestes elementos de reforço da cerca tardia. Poderão corresponder a funcionalidades diferentes, a programas de construção distintos, a diferentes cronologias ou a qualquer outra razão que não logramos descortinar. De momento, fica somente o registo destas singularidades.

A intervenção realizada no espaço dos antigos Armazéns Sommer (atual Hotel Eurostars Museum) permitiu identificar o reaproveitamento de uma estrutura defensiva existente para a construção da nova muralha na Antiguidade Tardia. Esta encosta à primitiva muralha

Alto-Imperial, na extensão em que esta é visível, com uma largura de 3 m que somados aos 2 m da muralha anterior perfaz os 5 m. Esta situação não deixa de suscitar alguma perplexidade. Se a nova cerca defensiva ocupa o mesmo espaço, por que razão se constrói de novo, adossando-se à preexistente? Embora não tenhamos dados para responder cabalmente a esta interrogação, não será de excluir a hipótese de já não estar de pé a primitiva muralha, talvez sacrificada à necessidade de garantir uma comunicação mais fluida entre a cidade e as suas funções portuárias.

A datação destes segmentos da muralha tardia é por vezes difícil, uma vez que do lado externo, na frente ribeirinha, se atingem os níveis freáticos, complicando sobremaneira a escavação, e, por vezes, no lado interno nem sempre é possível atingir os depósitos relacionados com a construção propriamente dita. As cronologias obtidas nas diferentes intervenções podem sugerir dois momentos distintos de edificação, uma de finais do século III e outra de finais do século IV/inícios do V, ou seja, duas fases de amuralhamento da cidade à semelhança do que se verifica em outras cidades da Península Ibérica. No entanto, parece prematuro avançar com essa afirmação categórica, pelas razões já expostas, de como se podem estabelecer. Melhor será manter a questão em aberto, a ser confirmada ou infirmada no futuro.

Falamos de muralhas, mas não abordámos ainda a questão fulcral de saber quais foram de facto os perímetros defendidos pelas distintas cercas urbanas. Uma vez mais, não temos respostas firmes. No estado atual dos conhecimentos, sabemos que ambas as

cercas, a de Época Júlio-Cláudia e a Tardia (ou tardias), eram largamente coincidentes na frente ribeirinha, o que não surpreende, uma vez que seguiam a orla do rio, mais difícil é saber qual a extensão que alcançavam. No que respeita à área Nascente, parece registar-se a coincidência entre uma cerca da Antiguidade Tardia e a cerca medieval, dita “moura”, como anteriormente fora sugerido. Contudo, não sabemos onde se localizaria a primitiva muralha romana, de Época Alto-Imperial por esta banda. Do lado Poente, a incógnita é ainda maior. Nesta área, as intervenções realizadas junto da cerca medieval não confirmam de todo a presença de preexistências, pelo que não sabemos qual o percurso seguido por nenhuma das diferentes muralhas romanas olisiponenses. Finalmente, a Norte, também não sabemos qual seria o limite e contornos das cercas romanas. A zona de Santa Cruz do Castelo, a antiga alcáçova islâmica, de configuração bem conhecida e onde várias intervenções arqueológicas têm sido realizadas, não regista a presença de anteriores estruturas defensivas, e o mesmo se pode dizer para a área delimitada pelo chamado Castelo de São Jorge.

Em suma, se progredimos bastante do conhecimento das estruturas defensivas da Época Romana da cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*, muitas são ainda as interrogações que aguardam melhor esclarecimento. Razão pela qual se justifica continuar a procurar reconhecer/conhecer as diferentes cercas delimitadoras que a urbe foi desenhando ao longo da sua existência.